

Documento de Oficialização da Demanda - PRESIDÊNCIA/DIGER/DTINF/GABDTI

1. Título: certificado digital do tipo e-CNPJ para servidor do tipo Web SSL

2. Identificação da área requisitante

Unidade Administrativa	Diretoria de Tecnologia da Informação
Responsável demanda	Ernandes Rodrigues da Silva
Matrícula	360028
Email	ernandes.silva@tjto.jus.br
Telefone	3218-4410

3. Alinhamento Estratégico

Essa Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação está alinhada ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC 2021-2022) item 15, consoante Resolução nº 10, de 3 de junho de 2016, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, bem como foi contemplada no Plano de Contratação de 2022, conforme se depreende do evento 4015755 do SEI nº 21.0.000011108-0.

3.1. Objetivo Estratégico

Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas, conforme Plano Estratégico de Tecnologia da Informação.

3.2. Meta

Atender os padrões mínimos de Tecnologia da Informação e Comunicação no Judiciário, consoante determinação da Resolução nº 211, de 15 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça.

4. Necessidade da solicitação e motivação

4.1. Necessidade da solicitação

Objetos necessários para a comunicação e autenticação com servidores de dados, a exemplo dos sistemas internos do Poder Judiciário com os serviços fornecidos pela **Receita Federal do Brasil** provenientes do Contrato TJTO nº 96/2017, celebrado com o SERPRO.

Assim, essa aquisição possibilitará que os sistemas deste Poder Judiciário continuem a funcionar de forma satisfatória.

4.2. Motivação e demonstrativo de resultados

O certificado do tipo e-CNPJ é a Identidade Digital da Pessoa Jurídica no meio eletrônico, que viabiliza a autenticação em sistemas públicos ou privados em nome de um órgão público ou empresa privada. Trata-se, portanto, da versão eletrônica do CNPJ, que serve para emissão de nota fiscal eletrônica, transmissão de escrituração fiscal digital e obrigações acessórias, além de garantir a autenticidade e a integridade das transações de pessoas jurídicas no meio eletrônico.

Já os certificados digitais para servidor Web (SSL) possibilitam oferecer um serviço através de

conexão segura, provendo caminho criptografado e seguro entre o cliente e os serviços de internet, especialmente aqueles que realizam trânsito de informações sensíveis.

Esse tipo de certificado digital deve ter validade pública e ter cadeia confiável em softwares de uso geral, tais como em navegadores web, visualizadores de documentos, sistemas operacionais etc., de modo a permitir acesso seguro e confiável dos usuários da solução.

O certificado digital do tipo A1 é usado em diversas aplicações web na internet com o domínio ***.tjto.jus.br**, trazendo grandes benefícios em termos de economicidade uma vez que pode ser reaproveitado para todas as aplicações com um domínio específico.

Para atendimento das necessidades citadas e considerando que o cumprimento dos objetivos estratégicos institucionais do Tribunal de Justiça está atrelado, em boa parte, aos recursos fornecidos pela Diretoria de Tecnologia da Informação, a quem compete sempre buscar a entrega de valor, por meio de serviços adequados ao propósito e ao uso, úteis e com garantia de funcionamento, a presente contratação visa garantir o pleno e o seguro funcionamento dos sistemas web e principalmente a comunicação com a Receita Federal do Brasil.

4.3. Requisitos da solicitação

- a) Requisito de negócio: certificado digital e-CNPJ do tipo SSL.
- b) Quantidade: 05 certificados Web-SSL
- c) Requisito de capacitação: não haverá necessidade de capacitação.
- d) Requisitos legais: Lei nº 8.666, de 1993, Resolução CNJ nº 182/2013 e Resolução CNJ nº 370, de 28 de janeiro de 2021..

4.4. Resultados Pretendidos

- Garantir a autenticidade, integridade e o não repúdio das transações realizadas;
- Manter em níveis adequados a segurança no tráfego das informações fornecidas pelos serviços web do Poder Judiciário do Estado do Tocantins;
- Garantir que os dados sensíveis dos serviços do Tribunal trafeguem com segurança sob criptografia forte; e
- Garantir a continuidade na comunicação entre os dados da Receita Federal do Brasil e os sistemas do Poder Judiciário do Tocantins.

Atenciosamente



Documento assinado eletronicamente por **Ernandes Rodrigues da Silva, Diretor de Tecnologia da Informação**, em 10/02/2022, às 08:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **4158352** e o código CRC **63D5F6CC**.